



PRINCIPAIS ATIVIDADES DA AGRICULTURA FAMILIAR DO ALTO OESTE DO RIO GRANDE DO NORTE: ASPECTOS PRODUTIVOS E COMERCIAIS

¹Allison Ferreira de Lima, ²Salenida Soares Firmino, ³Maria Vivianne Freitas Gomes de Miranda, ⁴Hélia Maria de Souza Leite, ⁵Ana Paula Pinheiro de Assis, ⁶Patrícia de Oliveira Lima

^{1,3}Zootecnista e Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciência Animal (PPGCA) Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA); ²Zootecnista e Mestre em Ciência Animal Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA); ⁴Zootecnista e Doutora em Ciência Animal Universidade Federal do Semi-Árido (UFERSA); ⁵Zootecnista e Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência Animal (PPGCA) Universidade Federal do Semi-Árido (UFERSA); ⁶Docente associado I, Centro de Ciências Agrárias Universidade Federal do Semi-Árido (UFERSA)

RESUMO: O presente estudo teve como objetivos identificar e analisar as principais atividades da agricultura familiar, considerando os aspectos produtivos e comerciais em diferentes municípios do Rio Grande do Norte. Realizou-se o levantamento dos dados em 29 propriedades rurais, distribuídas nos municípios de Rodolfo Fernandes, Mossoró e Itaú, o estudo exploratório se deu através de questionários estruturados de natureza quali-quantitativos aplicados por técnicos do Projeto Sertão Empreendedor. Os resultados demonstraram que a bovinocultura leiteira possui maior difusão dentre as atividades produtivas observadas. Grande parte dos sistemas de produção (72,41%) possuem apenas uma cultura ou um ramo produtivo. A maior parte desses agricultores (93,10%) possuem disposição tanto para participar de rodadas de negócios, como de vendas para programas governamentais, gerando um novo cenário de interesses. A forma de comercialização predominante é a individual, porém há o interesse em participar de associações. Sendo assim, percebe-se que existe efetivamente potencial produtivo de vários produtos agrícolas (principalmente frutas e hortaliças) e pecuários (sobretudo o leite e o mel) na região do Alto Oeste do Rio Grande do Norte, bem como a demanda para o associativismo e/ou cooperativismo, seja para produção ou comercialização de produtos.

Palavras-chave: agricultura, desenvolvimento rural, sustentabilidade.

MAIN ACTIVITIES OF FAMILY AGRICULTURE OF THE HIGH WEST OF RIO GRANDE DO NORTE: PRODUCTIVE AND COMMERCIAL ASPECTS

ABSTRACT: The present study aimed to identify and analyze the main activities of family agriculture, considering the productive and commercial aspects in different municipalities of Rio Grande do Norte. The data were collected in 29 rural properties, distributed in the municipalities of Rodolfo Fernandes, Mossoró and Itaú. The exploratory study was carried out through structured questionnaires of a qualitative

and quantitative nature applied by technicians of the Sertão Empreendedor Project. The results showed that milk cows have greater diffusion among productive activities observed. Most production systems (72.41%) have only one crop or one productive branch. Most of these farmers (93.10%) are willing to participate in business rounds as well as sales to government programs, generating a new set of interests. The predominant form of commercialization is the individual, but there is interest in participating in associations. Thus, we can see that there is an effective productive potential of several agricultural products (mainly fruits and vegetables) and livestock (especially milk and honey) in the Upper West region of Rio Grande do Norte, as well as the demand for associativism and or cooperativism, whether for the production or commercialization of products.

Key words: *agriculture, rural development, sustainability.*

INTRODUÇÃO

A agricultura ocupa um lugar de destaque no espaço rural, cuja importância varia segundo as regiões e os ecossistemas naturais. Em países ditos desenvolvidos ocorre uma disputa pelo espaço rural com outras atividades, onde a própria agricultura vem sendo questionada, esse processo é marginal no Brasil. Em contextos internacionais, a dinâmica da própria agricultura no espaço rural vem sendo condicionada e determinada por outras atividades, passando a ser cada vez mais percebida como uma das dimensões estabelecidas entre a sociedade e o espaço ou entre o homem e a natureza (SCHNEIDER, 2003).

A agricultura familiar pode ser entendida como aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume todo o trabalho no estabelecimento produtivo, no qual tais vinculações são mediadas por relações de parentesco, ou seja, a forma de produzir refere-se à organização do trabalho num processo produtivo que seja capaz de assegurar a subsistência da família, sendo a maneira pela qual os indivíduos trabalham e organizam os meios de produção para garantir a sua reprodução (SCHNEIDER, 1996).

Em cada país e região os agricultores possuem valores e ambições diferentes em relação ao projeto familiar original, demonstrando uma imensa capacidade de adaptação a situações diversas. Desse modo, não existe um padrão e referência a um modelo de agricultura familiar, com um mesmo sistema de valores (PEREIRA e BEZERRA, 2011).

Essas unidades de produção se diferenciam pela diversidade e capacidade do agricultor de se apropriar dos meios de produção e desenvolve-los para a atividade primeira de produzir mercadorias, tendo como eixo a satisfação das necessidades básicas do núcleo familiar, sendo uma unidade onde se produz e consome o que produziu (NETTO, 2008).

Nessa ótica, segundo Costa (1997), o papel do Estado de estimular a noção de responsabilidade socioambiental é fundamental, garantindo ainda o funcionamento de um sistema de crédito agrícola, especialmente em sistemas que favoreçam o “Uso Sustentável” mediante as chamadas “Agriculturas de Base Ecológica”. Esta modalidade rural além de fortalecer as raízes do homem no campo, estabelece um modelo alternativo de agricultura familiar, favorecendo a produção de alimentos mais saudáveis.

Dentro desse contexto, em julho de 2003 foi instituído o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), articula ações voltadas para melhorias ao acesso de alimentos, geração de renda, mobilização e fortalecimento da agricultura familiar, por meio da compra governamental de produtos da agricultura familiar. O PAA é uma política pública da esfera do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), sendo operacionalizado por órgãos federais, governos estaduais e municipais (SANTOS et al., 2012).

A assistência técnica e extensão rural é um instrumento de política de teor agrícola do Estado, que por meio de processos educativos estimula o desenvolvimento sustentável das comunidades e contribui para a mudança do padrão tecnológico considerado tradicional, para um modelo que incorpora novos métodos, procedimentos e técnicas de organização do processo produtivo, em função de maior produtividade, bem como um acréscimo na renda agrícola, resultando na melhoria das condições de vida das populações rurais, respeitando o meio ambiente (COSTA e COSTA, 2011).

O acesso ao mercado e à comercialização de produtos agrícolas da Agricultura Familiar (AF) constitui um dos principais gargalos dessa categoria de produtores. A escolha do mecanismo de comercialização envolve ações que se adaptem à pequena escala, ao tipo de qualificação do trabalho, ao relacionamento com fornecedores, clientes e prestadores de serviços e à existência de estratégias

competitivas. O processo de comercialização tem início com a produção, mas não se limita a isso, passando pelo beneficiamento, embalagem, compra, venda e atividades de logística. Essa dinâmica de produção, para permanência no mercado, implica que os produtores tenham volume, qualidade, diversidade e regularidade de oferta, pois os consumidores precisam se alimentar diariamente e os fornecedores devem estar estruturados para isso (TRENTO, 2011).

Sendo assim, para que os agricultores familiares tenham condições de ingressar em programas que os insiram no mercado consumidor e forneça assistência técnica, há a necessidade de melhorar as condições de produção e comercialização de produtos, uma vez que, nesse segmento agrícola destacam-se vários entraves pertinentes a organização das unidades produtivas, gerando perdas em potenciais oportunidades de venda no mercado consumidor. Com isso, torna-se necessário estudos sobre a caracterização dos aspectos produtivos e comerciais da região semiárida. Sendo assim, este estudo teve como objetivos identificar e analisar as potencialidades das atividades agrícolas de base familiar, considerando os aspectos produtivos e comerciais em diferentes municípios do Rio Grande do Norte.

MATERIAL E MÉTODOS

A pesquisa foi realizada em 29 propriedades rurais, todas escolhidas por possuírem sua produção de base familiar, adotando o procedimento amostral aleatório simples. Quanto a distribuição, 9 localizavam-se no município de Rodolfo Fernandes, 11 em Mossoró e 9 em Itaú, sendo esses, pertencentes à região do Alto Oeste do Rio Grande do Norte.

Os dados, de natureza primária, foram coletados por meio de pesquisa direta com uso de questionários estruturados, abordando um conjunto de variáveis quantitativas e qualitativas, aplicado através de visitas aos produtores e das unidades produtivas dos diferentes municípios avaliados. O período de análise compreendeu o ano de 2015, tendo a coleta dos dados ocorrida nos meses de janeiro a julho do mesmo ano.

De acordo com Baptista e Cunha (2007), a aplicação de questionários é dos métodos mais utilizados na coleta de dados qualitativos e quantitativos. Tal

procedimento consiste em uma lista de questões formuladas pelos pesquisadores a serem respondidas pelos sujeitos pesquisados.

No que concerne aos questionamentos, às perguntas-chave foram baseadas nos seguintes aspectos agrícolas e pecuários: Produção (Produto? Quantidade? Variedade? Preço? Periodicidade?), Logística (Possui transporte para entregar a produção? Distância da propriedade ao centro da cidade?), Mercados (Disposição em participar de rodada de negócios? Disposição para vendas governamentais (PAA/PNAE)? Possíveis clientes que gostaria de vender? Formas de comercialização? Disposição para comercializar em grupo?).

O questionário foi elaborado pelos gestores do Projeto Sertão Empreendedor, idealizado pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) e Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e aplicado pelos técnicos vinculados ao projeto, que prestam assistência aos municípios de Rodolfo Fernandes, Mossoró e Itaú.

Ao final da aplicação, os dados foram tabulados em uma planilha eletrônica do programa Microsoft Office Excel, versão 2010 e, posteriormente, expressos estatisticamente de forma descritiva em porcentagem.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados obtidos (Tabela 1) demonstraram que o segmento produtivo de maior frequência nas unidades familiares avaliadas (57,15%) é a bovinocultura leiteira, gerando uma produção média diária entre todas as propriedades avaliadas de 632,64 litros de leite. De acordo com Carvalho e Oliveira (2006), inúmeros pequenos produtores de leite estão distribuídos por todo o território nacional e muitas famílias dependem exclusivamente dessa atividade. Dessa forma, a região Nordeste possui destaque na pecuária de leite, onde é responsável por 14 % da produção nacional. As bacias leiteiras nordestinas são de extrema importância para a sustentabilidade e inserção no mercado de milhares de pequenos produtores de base familiar espalhadas pelo semiárido nordestino, mesmo com os baixos índices de produtividade e limitações climáticas (CARVALHO FILHO, 2004).

Tabela 1 - Caracterização média da produção em propriedades de agricultura familiar nos municípios de Rodolfo Fernandes, Mossoró e Itaú.

Produto	Quantidade
Leite	632,64 L/dia
Mel	2.313 litros/Ano
Leite Caprino	15 L/dia
Carne Caprina	50 Kg/Mês
Carne Ovina	50 Kg/Mês
Carne Suína	200 Kg/Mês
Queijo artesanal	8.000 Kg/Ano
Galinha	6 unid/semana
Ovos	95 unid/semana
Caju	1.000 Kg/safra
Castanha	500 Kg/safra
Feijão	200 Kg/safra
Frutas e Hortaliças	1.336,67 Kg/ ano

A produção de leite é significativamente disseminada na agricultura familiar, porque permite uma diversificação agrícola, gera uma ocupação da mão-de-obra, além de produzir leite para o consumo interno da família, destinando ainda o percentual do leite não consumido à comercialização ou processamento. Notadamente, nas diversas regiões do nordeste brasileiro a atividade leiteira assume um papel importante para a agricultura familiar, uma vez que, fornece alimentação para a família e permite a obtenção de uma renda mensal que é utilizada para as despesas domésticas, ao contrário das demais atividades que são safristadas (SOUZA, 2007).

A atividade leiteira permite ainda o uso de terras pouco produtivas para o seu desenvolvimento e utiliza de forma intensiva a mão-de-obra familiar. Com isso, promove a fixação do homem no campo à medida que exige a presença da mão-de-obra diariamente, contribuindo para a redução do êxodo rural (FERRARI et al., 2005).

Sucedendo o leite bovino, a produção de mel (2.313 litros/Ano) é realizada em larga escala nos municípios avaliados, uma vez que a atividade encontra no estado do Rio Grande do Norte condições climáticas e ambientais bastante propícias. Outro fator relevante é o aspecto social na produção do mel e seus derivados, na realidade deste estado, desenvolvida normalmente por agricultores familiares (MARTINS, 2005).

As frutas e hortaliças também possuem representação expressiva na produção familiar dos estabelecimentos analisados, principalmente por serem geralmente obtidos de forma agroecológica, o que confere aos produtos um notável diferencial em termos de qualidade, pois a agroecologia faz uso da agricultura orgânica, visando o cultivo de produtos que não degradam o meio ambiente e busca o bem-estar e a saúde dos produtores agrícolas e dos consumidores, através de um sistema de produção agrícola que maneja o solo e os outros recursos naturais de forma equilibrada e racional (SILVA, 2010). Quanto à produção, tanto comercial como para a subsistência, possui um papel importante para a atividade agrícola familiar, contribuindo para o seu fortalecimento e garantindo sua sustentabilidade (FAULIN e AZEVEDO, 2003).

Corroborando com as informações citadas anteriormente, concernente a produção agropecuária dos agricultores familiares da região do Alto Oeste do Rio Grande do Norte, Santos (2013), estudando o diagnóstico da agricultura familiar no município de Janduís (também região oeste do RN), relatou que as atividades produtivas, voltadas à agropecuária, dos agricultores familiares apresentam-se de forma bastante diversificadas de agricultor para agricultor. Sendo a bovinocultura praticada por 73% das famílias rurais entrevistadas. Já a criação de ovinos é menos expressiva se comparada à criação de bovinos, apenas 46% dos entrevistados criam ovinos, quanto aos caprinos o número é bem mais reduzido, apenas 21% dos agricultores afirmaram ter essa criação. Apesar da criação bovina se sobressair das demais criações (ovinas e caprinas e aves), a autora relata que o número de ovinos comercializados é bem superior aos demais. Entretanto, o que “prende” o agricultor a criação de vacas é a produção leiteira e a sua venda diária, apesar do lucro adquirido com a comercialização do leite, muitas vezes, ser superado pelos custos com os animais, principalmente em época de estiagem.

A autora mencionada no paragrafo anterior afirma ainda que em relação ao aproveitamento das áreas em termos de produção, são pouco representativos tanto no que se refere à disposição de fruteiras como a de hortaliças, se contrapondo a produção dos municípios estudados.

Grande parte dos sistemas de produção avaliados (72,41%) possui apenas uma cultura ou um ramo produtivo, contrapondo a 27,59% que realiza uma

integração de sua produção, seja de origem vegetal, animal ou concomitante. Essa é uma informação importante, pois de acordo com Schneider (2010) a diversificação pode acontecer tanto através de estratégias de reação a uma situação de crise, precariedade ou necessidade, como por via de estratégias de adaptação ou escolha, o que ocorre quando há a construção proativa de alternativas econômicas, técnicas, sociais, por meio de iniciativas e novos investimentos.

Outro aspecto abordado no presente estudo, diz respeito à forma como esses agricultores transportam seus produtos. Quando se questionou a respeito da posse de um meio de transporte para a comercialização da produção, 100% dos avaliados alegaram possuir veículo para essa finalidade. Isso é um fator positivo, porquanto auxilia o produtor a deslocar sua produção até os centros das cidades, contribui de forma fundamental para otimizar as relações entre os produtores e os consumidores e assegura o retorno financeiro para os agricultores, já que, segundo Finatto e Corrêa (2010), necessitam menos da figura do atravessador e sem ele, a remuneração pelo produto tende a ser maior.

Vários são os produtos agrícolas comercializados na região (Tabela 1). Essa comercialização restringe-se a mercados locais específicos como em feiras livres no município onde o produtor reside, por meio de entrega previamente combinada no domicílio do cliente e/ou através do intermédio de atravessadores.

Ainda dentro da perspectiva de mercado, 79,31% dos produtores possui clientes aos quais gostaria de vender, como por exemplo, supermercados, restaurantes, casas agrícolas, entre outros. Contudo, devido à falta de organização desses pequenos produtores do campo, isso não acontece. De acordo com estudos de Frison e Rover (2014), a sociedade está exigindo produtos de qualidade, carecendo de sistemas de verificação postos em funcionamento através de selos de certificação, os quais evidenciam a conformidade dos produtos com as condições explicitadas em cada selo de identificação de qualidades específicas.

A comercialização em 100% dos avaliados é feita de forma individual, o que diminui o poder de venda, devido à menor escala de produção. Esse percentual se repete ao questioná-los sobre o interesse em comercializar sua produção através de uma associação, o que geraria uma maior oferta de produtos, devido à elevada concentração desses agricultores e, conseqüentemente, de sua produção. A maior

parte desses agricultores (93,10%) possui disposição tanto para participar de rodadas de negócios, como de vendas para programas governamentais, como PAA e PNAE. Em ambos os casos, essa disposição torna-se importante, pois aproxima os produtores e compradores e inicia um novo cenário de negócios.

A disposição em se organizarem em associação demonstra o interesse desses agricultores de se adequarem às exigências do mercado quanto à padronização, a produção em larga escala, além da classificação e qualidade de seus produtos. Mas, este interesse muitas vezes se perde diante da complexidade de se trabalhar em associativismo e cooperativismo. No entanto, para que os agricultores usufruam desses benefícios na sua produção, obtendo maior sucesso e melhorando a competitividade no mercado é necessário que sejam submetidos a um processo de certificação, que propiciará a aplicação de legislações, realização de investimentos e busca de conhecimentos variados, para garantir a confiança de seus clientes. Esses sistemas de certificação tornam-se indispensáveis para agregar valor e renda aos produtos, pois promovem a inserção em mercados, criam oportunidades de expandir o comércio e garantem aos consumidores a integridade dos produtos, assegurando a credibilidade e o reconhecimento dos consumidores nacionais (PINHEIRO, 2012).

No Brasil a produção agrícola possui importância socioeconômica evidente. Como parte integrante desse elo de produção, o segmento da agricultura familiar assume papel socioeconômico de grande importância no agronegócio brasileiro. Seu desenvolvimento é entendido como uma das pré-condições para uma sociedade economicamente mais eficiente e socialmente mais justa (LOURENZANI, 2006).

CONCLUSÃO

Sendo assim, percebe-se que existe efetivamente potencial produtivo de vários produtos agrícolas (principalmente frutas e hortaliças) e pecuários (sobretudo o leite e o mel) na região do Alto Oeste do Rio Grande do Norte, bem como a demanda para o associativismo e/ou cooperativismo, seja para produção ou comercialização de produtos.

REFERÊNCIAS

- BAPTISTA, S. G.; CUNHA, M. B. Estudo de usuários: visão global dos métodos de coleta de dados. **Perspectivas em Ciências da Informação**, v.12, n. 2, p. 168-184, maio/ago. 2007.
- CARVALHO FILHO, O.M. ; SÁ, J.L. ; ARAÚJO, G.G.L.; SÁ, C.O. Produção de leite em sistema agroecológico no semi-árido sergipano. In: II Congresso Brasileiro de Agroecologia, V Seminário Internacional sobre Agroecologia e IV Seminário Estadual sobre Agroecologia, 2004, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre, 2004.
- CARVALHO, G. R. de; OLIVEIRA, A. F. **Circular técnica 11: O setor lácteo em perspectiva**. Campinas: Embrapa Monitoramento por Satélite, 2006.
- COSTA, R. C. M.; COSTA, A. R. Assistência técnica e extensão rural: uma abordagem endógena de desenvolvimento no perímetro irrigado público federal baixo Acaraú. **Revista Homem, Espaço e Tempo**, Sobral, v. 5, n. 2, p. 29-49, set. 2011.
- COSTA, M. B. B. da; CAMPANHOLA, C. **A agricultura alternativa no estado de São Paulo**. Jaguariúna, SP: Embrapa Meio Ambiente, 1997. 63p (Embrapa Meio Ambiente. Documentos, 7).
- FERRARI, D. L.; MELLO, M. A. de; TESTA, V. M.; SILVESTRO, M. L. Agricultores familiares, exclusão e desafios para inserção econômica na produção de leite em Santa Catarina. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 35, n. 1, p. 22-36, nov./jan. 2005.
- FINATTO, R. A.; CORRÊA, W. K. Desafios e perspectivas para a comercialização de produtos de base agroecológica - o caso do município de Pelotas/RS. **Revista Brasileira de Agroecologia**, Porto Alegre, v. 5, n. 1, p. 95-105, fev. 2010.
- FAULIN, E.J.; AZEVEDO, P.F. DISTRIBUIÇÃO DE HORTALIÇAS NA AGRICULTURA FAMILIAR: uma análise das transações. **Informações Econômicas**, São Paulo, v.33, n.11, nov. 2003.
- FRISON, E.; ROVER, O. J. Entraves para a certificação orgânica do leite numa central cooperativa de agricultores familiares do oeste catarinense. **Revista Brasileira de Agroecologia**, Porto Alegre, v. 9, n. 2, p. 70-83, mar. 2014.
- LOURENZANI, W. L. Capacitação gerencial de agricultores familiares: uma proposta metodológica de extensão rural. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, Lavras, v. 8, n. 3, p. 313-322, set./out. 2006.
- MARTINS, J. C. V. **Reflexos socioambientais e econômicos da produção familiar em assentamentos rurais do município de Apodi-RN: o caso dos produtores de mel**. 2005. 113f. Dissertação (Graduação em Ciências Sociais - Licenciatura Plena) - Universidade do Estado do Rio Grande Do Norte, 2005.

NETTO, M. M. A agricultura familiar e sua organização. **Revista Acta Geográfica**, Boa Vista, v. 4, n. 2, p. 17-30, jul./dez. 2008.

PEREIRA, J. J. C.; BEZERRA, J. A. Uma leitura sobre a agricultura familiar e práticas rurais nas comunidades de gameleira e poço da pedra, em riacho de Santana-RN. **Revista Geotemas**, Pau dos Ferros, v. 1, n. 2, p. 19-34, jul./dez. 2011.

PINHEIRO, K. H. **Produtos orgânicos e certificação: o estudo desse processo em uma associação de produtores do município de Palmeira - PR**. 2012. 116f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Ponta Grossa, 2012.

SANTOS, A. R.; VIEIRA, N. S.; FERREIRA, P. R.; CASTRO, T. T. S. Agricultura familiar e segurança alimentar e nutricional: análise dos resultados do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA Doação Simultânea) nos estados da Bahia e Minas Gerais. **Cadernos Gestão Social**, Salvador, v. 3, n. 1, p. 9-24, jan./jun. 2012.

SANTOS, C.F. **Diagnóstico da agricultura familiar no município de Janduí/RN: perspectiva social, econômica e ambiental**. 2013. 102f. Dissertação (Ambiente, Tecnologia e Sociedade) – Universidade Federal Rural do Semi-Árido. 2013.

SCHNEIDER, S. Os colonos da indústria calçadista: a expansão industrial e as transformações da agricultura familiar no Rio Grande do Sul. **Revista Ensaios FEE**, Porto Alegre, v. 17, n. 1, p. 298-322, jan. 1996.

SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 99-122, fev. 2003.

SCHNEIDER, S. Reflexões sobre diversidade e diversificação. **Revista Juris**, Campinas, v. 4, n. 1, p. 85-131, mar. 2010.

SILVA, D. A. O perfil do consumidor da feira de transição agroecológica do bairro Valentina Figueiredo, na cidade de João Pessoa (PB). **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, v. 9, n. 107, p. 124-128, abr. 2010.

SOUZA, R. P. **As transformações na cadeia produtiva do leite e a viabilidade da agricultura familiar: o caso do sistema COORLAC (RS)**. 2007. 136f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande de Sul, Porto Alegre, 2007.

TRENTO, E. J.; SEPULCRI, O.; MORIMOTO, F. **Comercialização de Frutas, Legumes e Verduras**. Curitiba: Instituto Emater, 2011.